

---

## **Cabo de guerra jornalístico: reflexões sobre tensionamentos e alterações nas relações entre profissionais e fontes de informação <sup>1</sup>**

Verônica Maria Rufino de SOUSA<sup>2</sup>

Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **RESUMO**

O presente estudo propõe uma reflexão sobre as relações entre fontes e jornalistas, através de uma revisão teórica abrangendo: o uso de fontes oficiais e a manutenção da estrutura de poder vigente, além do processo de Revolução das Fontes e a autoridade exercida pelo público refletida na capacidade de influenciar o processo de produção jornalístico e inserir temas na agenda política. Propõe-se apresentar possíveis adaptações e alterações na postura dos profissionais jornalistas na busca por um jornalismo que atue para além de mero eco de fontes oficiais, compreendendo o cidadão colaborador como participante ativo na busca pela pluralidade de vozes e perspectivas no fazer jornalístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** teoria do jornalismo; *newsmaking*; fontes jornalísticas.

### **INTRODUÇÃO**

As fontes jornalísticas, seu papel, classificações, suas associações com a estrutura de poder vigente e as relações com o profissional jornalista estão sempre presentes nas reflexões sobre o estado da arte do jornalismo, principalmente no contexto da sociologia dos emissores e nos estudos sobre processos produtivos. O *Newsmaking* tomou para si a análise das lógicas dos processos de construção das mensagens e a organização dos trabalhos jornalísticos, as quais incluem as redes de fontes como um dos membros dessa estrutura complexa.

A abordagem de Gans (1979, p. 80) sobre o que vem a ser uma fonte é crucial nesse contexto. “Por ‘fontes’, entendo os atores que os jornalistas observam ou entrevistam, (...), e aqueles que apenas fornecem informações básicas ou sugestões de histórias”. Porém, em sua caracterização, o autor faz questão de destacar e incluir a estrutura de poder composta por “grupos de interesse organizados e não organizados, e ainda de setores maiores da nação e da sociedade”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE, email: [veronica.sousa@ufpe.br](mailto:veronica.sousa@ufpe.br).

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela UFPE. Professor associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, integrando o grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade, e-mail: [heitor.rocha@ufpe.edu.br](mailto:heitor.rocha@ufpe.edu.br).

---

Diante do exposto e conforme enfatiza novamente Gans (1979), apesar dessa relação entre jornalista e fonte parecer simples e linear, trata-se, na verdade, de uma conjuntura cíclica que envolve, com visto, um grande jogo de interesses. Nesse “jogo da corda” ou “cabo de guerra” (Gans, 1979; Schlesinger, 1972 *apud* Wolf, 2006) sobre a interação entre a tríade composta por fontes, jornalistas e público, o jogador mais forte decide o jogo e leva como premiação a interpretação da realidade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao caracterizarem o percurso de desenvolvimento dos acontecimentos públicos, Molotch e Lesters (2016, p. 67) destacam o conjunto de indivíduos/grupos (denominados de agências) que participam da construção do que vem a ser noticiado.

(1) Inicialmente tem-se os “promotores de notícias” (*News Promoters*), que identificam uma “ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Encontram-se aqui, os detentores de poder político e econômico (e seus interesses), assim como o cidadão comum, denunciante de transgressões, por exemplo.

(2) Os jornalistas, editores e demais atores que transformam as ocorrências fornecidas pelos promotores em acontecimentos públicos são classificados como *News Assemblers*.

(3) Há, por fim, os *News Consumers*, ou seja, os consumidores de notícia (leitores, espectadores, ouvintes etc.) “que analogamente assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social” (Molotch e Lesters, 2016, p. 66).

Na arena dessa disputa pela interpretação da realidade, as relações existentes entre os jogadores nem sempre são explícitas e equilibradas. Os promotores de notícias e *media* possuem necessidades de acontecimentos nem sempre coincidentes. Porém, não raro acontece de o agente promotor – no caso, a as elites políticas e econômicas - pressionar o jornalista a alterar sua rotina de trabalho a fim de satisfazer suas demandas, podendo, inclusive, submeter o profissional a sanções diretas, como por meio de ameaças, boicotes etc.; ou indiretas, através de entrevistas regularizadas, fugas de informação etc. (Molotch e Lesters, 2016).

Aprofundando a temática, Hall *et al.* (2016, p. 317) explica que os *media* frequentemente não são os definidores iniciais (*primary definers*) das notícias. “Sua relação estruturada com o poder tem efeito de fazê-los representar não um papel crucial,

---

mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como ‘fontes acreditadas’”. Assim, ainda conforme Hall (2003) no jogo de interpretações da realidade, é a definição hegemônica que vai definir o horizonte mental, os significados possíveis e toda gama de relações de uma sociedade, por ser tal definição considerada legítima e naturalizada.

Na contramão desse cenário, tem-se a figura do jornalista que, em busca alimentar de forma mais veloz a agenda midiática e engolido pelas pressões editoriais, recorre às facilidades proporcionadas por tais promotores, privilegiando informações advindas de fontes oficiais e agências de notícias.

Essa “assimetria funcional”, todavia, vem sendo reduzida diante do avanço das mídias digitais que possibilitou o que Chaparro (2009) identifica como Revolução das Fontes, que altera as relações entre os *News Assemblers* e *News Consumers*. As novas tecnologias transformaram os consumidores de notícias, antes qualificados como receptores passivos, em participantes ativos e efetivos que intervêm no processo de produção de notícias, produzindo e divulgando informações e concorrendo, ainda que de forma desigual, com a estrutura de poder na definição das temáticas abordadas pelos *medias*.

Para além de mera fonte de informação, os cidadãos consumidores de notícias passam a ser considerados novos protagonistas, atuando de diversas maneiras e compartilhando, inclusive, funções antes exclusivas ao profissional jornalista. Dentre essas funções, estão a de *gatekeeper*, podendo atuar como selecionador e publicador de informações; e a de *gatewatcher*, indicando pistas de leitura para os demais usuários, atuando como um “conselheiro” redistribuidor de informações; e ainda a de colaborador participante de todo processo produtivo da informação (Canavilhas, 2010). Essa nova realidade implica, ao jornalista, novos desafios e responsabilidades profissionais, cabendo a ele ratificar seu papel como mediador social e agente legitimador das informações que publica.

Apesar da relativa autonomia do jornalista e das - cada vez mais frequentes e eficazes - possibilidades de interferência do público defendendo sua autoridade, frequentemente, nesse jogo, a vitória dos detentores de poder é (quase sempre?) certa. Uma das consequências desse fato é a ascensão do jornalismo declaratório, sem aprofundamento e contextualização das temáticas abordadas, como prática comum e aceitável. Pereira Júnior (2010, p. 82) define esse tipo de jornalismo como “aquele que se

---

satisfaz com declarações de celebridades, políticos e empresários, pouco importa se sustentadas em fatos”.

Para além disso, o silenciamento de jornalista e do público passa a transmitir a visão de um aparente universo equilibrado (e manipulado). Conforme enfatiza Serra (2003, p. 33) “produz-se, assim, uma imagem tranquilizadora da sociedade, de acordo com a qual os burocratas e os tecnocratas velam pelo bem-estar e pela segurança de todos e cada um dos cidadãos, corrigindo de forma eficaz as eventuais ‘anomalias’ e ‘disfunções’”. Por outro lado, ao serem informados apenas por fontes oficiais, os jornalistas perdem seu poder de denunciar transgressões e abusos, gerando um ciclo vicioso de cumplicidade entre esses e o poder público, tornando os *medias* meros “mensageiros do poder”.

A prevalência do repertório dos detentores de poder – principalmente do poder econômico - nas notícias também é denunciada por Ross (2006). Como explica o autor, o processo de industrialização do jornalismo, com o monopólio do grande capital sobre este segmento do mercado, trouxe como consequência, não apenas a prevalência do sensacionalismo e da espetacularização, mas a supressão das consideradas notícias de qualidade. Para Ross, a maior ameaça à qualidade do jornalismo não é simplesmente o compromisso mercadológico, mas especialmente a distorção política e ideológica.

Importante ressaltar que, mesmo diante de um ambiente de descrédito, em algumas circunstâncias, jornalistas e público podem mudar esse cenário. É de Habermas (1997) importante contribuição sobre como o jornalismo pode não apenas reduzir tal assimetria e manipulação, mas provocar mudanças estruturais nas relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político na articulação de demandas para composição da agenda pública formal (Sousa & Rocha, 2022). A ruptura do modelo de acesso interno, (onde iniciativa pertence exclusivamente à estrutura de poder) pode acontecer: (1) de forma parcial - quando jornalistas investigativos e/ou uma elite dissidente inserem um tema na discussão pública contrário aos interesses da estrutura de poder, constituindo o modelo de mobilização; e (2) de forma total, por meio do modelo de iniciativa externa que pertence “às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (Habermas, 1997, 114).

Assim como Habermas, Gans (1979) enfatiza que diante da disputa pelo poder de decidir quais mensagens irão compor a arena simbólica, o jornalista pode se apoiar no

descontentamento de fontes e públicos insatisfeitos para resistir às pressões ocultas impostas ao seu trabalho (sejam elas editoriais, das elites econômicas e políticas etc.). Já quando a pressão é realizada de forma explícita, o profissional normalmente apela ao seu direito à liberdade de imprensa e autonomia garantidas por meios legais e pelo consenso da sociedade.

## CONCLUSÃO

O cenário em que acontece o cabo de guerra jornalístico é complexo, não linear e baseado, frequentemente, em interesses particulares. Tem-se um jogo de regras implícitas, onde os participantes não possuem o mesmo poder e as mesmas condições de acesso. Como visto, a disputa pela interpretação da realidade e pela inserção de temáticas na agenda dos *media* envolve tanto a estrutura de poder vigente (as fontes oficiais e credíveis), quanto as classes periféricas, os grupos sociais excluídos e o cidadão comum, com seus interesses, impressões específicas e problemáticas diferenciadas. Na mediação, encontra-se o jornalista que, apesar de possuir relativa autonomia, ainda se encontra preso às pressões editoriais, políticas e econômicas que abrangem o dia a dia do fazer jornalístico e são impostas por essa mesma estrutura de poder.

O resultado desse jogo parece certo e traz como consequências, não apenas a limitação da cognição e da autonomia do jornalista e a prevalência de um jornalismo sem qualidade, declaratório, raso e descontextualizado; mas, especialmente, a reprodução da dominação e da ideologia hegemônica, levando à exclusão das problemáticas das classes e grupos periféricos. Apesar de escassas, as possibilidades de mudanças nesse cenário existem e é a elas que jornalistas e cidadãos devem se ater.

Ao profissional cabe, inicialmente, o questionamento do uso frequente de fontes oficiais no dia a dia de sua atividade, negociando, junto aos seus superiores, meios alternativos para a inserção de vozes periféricas. A apresentação de opiniões e posições ideológicas diversas culminaria numa maior representatividade e no já referido jornalismo plural, multiperspectivo e voltado ao interesse público. Da mesma forma, um público ativo, colaborador e ciente de sua autoridade complementar esses esforços, rompendo o ciclo de manutenção do poder. Acreditar que essas mudanças são fáceis de alcançar, é, no mínimo, ingenuidade. Porém, parafraseando Paulo Freire, a esperança de que isso aconteça deve ser associada ao agir e ao persistir, em busca de tornar este cenário diferente.

## REFERÊNCIAS

- BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (org) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.
- CANAVILHAS, J. O novo ecossistema mediático. *Revista Index Comunicación*, 2010.  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>. Acesso em 10.dez.2022.
- CHAPARRO, M. C. *Jornalismo: linguagem e espaço público dos conflitos da atualidade*. São Paulo, 2009.
- GANS, H.. *Deciding what's news: a study of Evening News, NBC Nightley News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books, 1979.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.
- HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFESON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N. (org) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.
- MOLOTCH, H.; LESTERS, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (org) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ROSS, E. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (orgs.) *A era glacial do jornalismo II*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- SERRA, Paulo. *Informação e Sentido. O estatuto epistemológico da informação*. Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal, 2003.
- SOUSA, V. M. R.; ROCHA, H. C. L. Para além de investigações: Jornalismo Investigativo como propulsor de mudança nos fluxos de comunicação na esfera pública habermasiana. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais...* João Pessoa-PB, 2022.  
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0720202209315562d7f5bb61cff.pdf>
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação. Mass media: contextos e paradigmas. Novas tendências Efeitos a longo prazo. O newsmaking*. 8ª edição, Lisboa, 2006.